



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAÍ

CNPJ/MF. 76.282.649/0001-04

PRAÇA SANTA CRUZ, 249 – CENTRO – FONE (44) 3243-1157
São Jorge do Ivaí – PR – E-mail: prefeitura@pmsjivai.pr.gov.br

Pregão presencial nº 52/2017 – Processo Licitatório nº 91/2017

Certifico nesta data que, decorrido o prazo, não houve apresentação de recurso.

São Jorge do Ivaí – PR, 13 de novembro de 2017.

Anderson Antônio Crivelaro

Presidente da Comissão de Licitação



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAÍ

CNPJ/MF. 76.282.649/0001-04

PRAÇA SANTA CRUZ, 249 – CENTRO – FONE (44) 3243-1157
São Jorge do Ivaí – PR – E-mail: prefeitura@pmsjivai.pr.gov.br

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – PGM

Pregão presencial nº 52/2017

Processo Licitatório nº 91/2017

Assunto: Contratação de Empresa especializada para prestação de serviços em regime de plantão presencial de 12 (doze) horas, abrangendo o horário das 19h às 7h do dia seguinte, de segunda a sexta, sábado, domingo e feriados, cujo plantão deverá ser composto de médico clínico geral, enfermeiro(a), técnico(a) em enfermagem e recepcionista, para atendimento de urgência e emergência na Unidade Básica de Saúde/Pronto atendimento municipal, conforme especificações constantes neste edital e seus anexos.

Trata-se de Concorrência Pública para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços em regime de plantão presencial de pronto atendimento de urgência e emergência, composto de médico (a) clínico geral, enfermeiro (a), técnico (a) em enfermagem e recepcionista visando a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

Participaram do certame as empresas A.G.S. CLINICA MÉDICA LTDA – ME, CNPJ nº 01.924.004/0001-29 e ATUAL MEDICA GESTÃO DE SAUDE LTDA – EPP, CNPJ nº 10.836.436/0001-79.

As empresas participantes protocolaram os credenciamentos juntamente com os envelopes de habilitação e de propostas na forma estabelecida no edital, aberta a sessão da concorrência foram rubricados os envelopes e em seguida deu-se a abertura do envelope de habilitação, sendo desabilitada a empresa A.G.S. CLINICA MÉDICA LTDA – ME, CNPJ nº 01.924.004/0001-29 pois deixou de comprovar que possuía as condições estabelecidas no item 6.5, ou seja, que seu patrimônio líquido ou capital social mínimo integralizado superior a 10% do valor total estimado da contratação.

Passada a fase de habilitação, e aberta a proposta de preço apresentada pela empresa ATUAL MEDICA GESTÃO DE SAUDE LTDA – EPP, CNPJ nº 10.836.436/0001-79 sendo desclassificada porque sua proposta deixou de atender o item 9.4, apresentando proposta superior ao máximo estabelecido no termo de referência.

Destarte a inabilitação de todos os licitantes participantes deste processo licitatório, visando a celeridade e a economicidade, somos pela aplicabilidade do art. 48, § 3º, da Lei nº 8.666/93 nas licitações efetivadas.

Art. 48. Serão desclassificadas:

I - as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação;

II - (...)

§ 3º Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

Destaca-se que a redação do supracitado dispositivo, segundo o qual **“quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo”**.

Portanto, resta claro que o dispositivo tem como objetivo “resgatar” uma licitação potencialmente fracassada, em razão da exclusão de todos os licitantes, para oportunizar a apresentação de documentação regularizada, sem os vícios que causaram a inabilitação ou desclassificação no primeiro momento. Tal medida consagra os princípios da celeridade e economia processual, ao dar seguimento ao procedimento ao invés, simplesmente, de iniciar uma nova licitação descartando a anterior.

É o Parecer, a superior consideração.

São Jorge do Ivaí – PR, 14 de novembro de 2017.


Demetrius de Jesus Bedin
Procurador Municipal